

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

ROQUETTE-PINTO E O INSTITUTO NACIONAL DO CINEMA EDUCATIVO: RELAÇÕES ENTRE EUGENIA E CINEMA

Dr. Ricardo Borrmann
(Universidade de Bremen)
rborrmann@uni-bremen.de

Dr. Gustavo da Silva Kern
(Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC)
xkern@hotmail.com

A ideia de atraso com relação à recepção das teorias eugênicas na América Latina foi abandonada pela pesquisa histórica desde o fim da década de 1980 (STEPAN 2004, 2005). Apesar dos avanços nas pesquisas históricas sobre a eugenia nos últimos tempos, ainda há relações pouco exploradas, como o caso daquelas entre eugenia, educação e cinema. Argumentamos que tais relações se mostraram particularmente fortes no Brasil, em especial no caso do pensamento e da atuação de Edgard Roquette-Pinto (1884-1954) como diretor do Instituto Nacional do Cinema Educativo (INCE), fundado em 1936.

Nosso propósito é analisar as relações entre eugenia, educação e cinema: 1. na produção intelectual e 2. na atuação de Roquette-Pinto no INCE, no período que se estende de 1920 a 1940. Num primeiro momento, buscamos analisar as concepções educacionais de Roquette-Pinto nas suas teorizações antropológicas e eugenistas, que guardam relações com o discurso racialista produzido no Brasil desde a década de 1870. As fontes usadas aqui serão os seguintes trabalhos: *Seixos Rolados* (1927), *Ensaio de Antropologia Brasileira* (1933) e *Notas sobre os typos antropológicos do Brasil* (1933a). Em seguida, avaliaremos a atuação de Roquette-Pinto como diretor do INCE, os seus contatos internacionais estabelecidos para prospectar modelos que servissem de inspiração ao Instituto e o seu círculo de colaboradores ao redor do INCE. Nos debruçaremos especialmente sobre os documentos do INCE presentes no acervo de Gustavo Capanema (CPDOC/FGV).

A formação acadêmica e profissional de Roquette-Pinto

A formação acadêmica e profissional de Roquette-Pinto se realizou a partir dos primeiros anos do século XX, ingressando respectivamente na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1901 e no Museu Nacional em 1905 (SOUZA, 2017). Neste último foi

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

incorporado aos 21 anos de idade, por meio de concurso público, assumindo o cargo de antropólogo assistente da Seção de Antropologia, Etnologia e Arqueologia. A trajetória do antropólogo nas décadas seguintes, destacando-se como importante cientista e homem público da República, alicerçou-se sobre três pilares de sua formação intelectual e política: o cientificismo, o positivismo e o nacionalismo. A articulação entre esses três vetores se realizou na opção do jovem Roquette-Pinto pela antropologia física e, através dela, em sua dedicação ao estudo do que chamava de “tipos raciais” ou “tipos antropológicos” que compunham a população brasileira (ROQUETTE-PINTO, 1933).

O interesse de Roquette-Pinto pela antropologia física, ciência com a qual teve contato na Faculdade de Medicina, ocorreu em um ambiente político e intelectual marcado pelo positivismo e pelo nacionalismo. No Brasil, as ideias de August Comte influenciaram principalmente os intelectuais formados após a Proclamação da República, animados por um nacionalismo reformador e cientificista (CARVALHO, 1990). Embora não tenha sido adepto da ortodoxia positivista, de caráter religioso, o antropólogo entendia que o “positivismo era válido aplicado aos interesses científicos, ao conhecimento das leis que regiam a vida da sociedade e da natureza, tal qual a sociologia fundada por Comte” (SOUZA, 2017, p. 90). Como bacharel em medicina, Roquette-Pinto fez parte da elite médica carioca das primeiras décadas do século XX, para quem “a reforma social necessária ao país, não poderia ser levada a cabo sem a intervenção do conhecimento científico” (SOUZA, 2017, p. 52). A atividade intelectual, nesta perspectiva, era realizada como “missão política voltada para o conhecimento e a transformação da realidade social” (SOUZA, 2017, p. 52). O conhecimento científico, concebido em termos positivistas, deveria orientar as transformações modernizantes fundamentais para o almejado progresso nacional. Esses fundamentos, portanto, convergiram no empenho de Roquette-Pinto em favor do desenvolvimento da antropologia física no Brasil.

Por sua vez, foi através da antropologia física que Roquette-Pinto tomou parte na corrente de intelectuais brasileiros que desde as décadas finais do século XIX buscou reformular as teorias raciais europeias¹, utilizando-as para compreender a formação da

¹ O conceito de raça se tornou a chave da história para toda uma poderosa corrente do pensamento científico europeu, que Tzvetan Todorov (1993, p. 107) chamou de racialismo, ou seja, a formação de um “movimento de ideias” que resultou em uma verdadeira “doutrina das raças” — bem caracterizadas pelo

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

população brasileira e da identidade nacional. Como demonstrou Lilia Moritz Schwarcz (1993) em *O espetáculo das raças*, essa incorporação das doutrinas racialistas por parte da *intelligentsia* local ocorreu de forma seletiva e original². Uma vez que os dogmas do racismo científico propugnavam a inferioridade racial dos povos não-europeus e a degenerescência biológica advinda da mestiçagem entre povos de origem diversa, os teóricos racialistas locais tiveram de adaptá-los aos seus pressupostos intelectuais e políticos, como se pode observar na obra de importantes intérpretes do Brasil como Silvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha. Roquette-Pinto foi um dos mais importantes tributários dessa tradição do pensamento nacional que teve seu apogeu entre 1870 e 1930.

De modo que ao consolidar sua formação intelectual e profissional durante a década de 1920, Roquette-Pinto tornou-se protagonista do acirrado debate científico em torno das qualidades raciais da população brasileira. Quando assumiu a direção do Museu Nacional em 1926, indicado diretamente por Washington Luís (1869-1957), bem como ter ingressado na Academia Brasileira de Letras em 1928, o antropólogo já tinha dedicado quase duas décadas de pesquisa ao estudo dos chamados “tipos raciais” ou “tipos antropológicos” do Brasil, temática fundamental em suas reflexões mesmo após ter diversificado suas atividades para os campos da radiofonia, da educação e do cinema. Desde sua passagem como estudante da tradicional Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, aprendera precocemente a definir a própria antropologia física como a “ciência das raças” (SOUZA, 2017, p. 58). Desde seu ingresso no Museu Nacional, portanto, havia desenvolvido enorme interesse pelo estudo da formação racial da população nacional³.

racismo científico, pelo darwinismo social e pela própria eugenia. Com isso, Todorov buscou evitar uma correspondência direta e necessária entre o termo *racismo*, entendido como um conjunto de saberes formulados e reconhecidos como conhecimento científico a partir de certa altura do século XIX, e o termo *racismo*, fenômeno social amplamente difuso e sistematicamente presente nas sociedades modernas e contemporâneas, que na maioria dos casos se expressa independentemente de qualquer teoria que lhe confira sustentação teórica.

² O racialismo europeu do século XIX foi, em essência, uma doutrina reativa. Em seu clássico *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*, publicado em 1853, Arthur de Gobineau (1816-1882) sustenta sua teoria das raças como uma crítica severa ao processo de decadência (*décadence*) da civilização europeia ao fim do *Ancien Régime*, com a ascensão da burguesia ao poder político do Estado e a ameaça representada pela classe operária politicamente organizada nos meios urbanos (GOBINEAU, 1967). No Brasil, diferentemente, o discurso racialista surgiu atrelado aos ideais de progresso e modernização, ligado ao tema da superação do atraso nacional.

³ Os dados estatísticos utilizados por João Baptista Lacerda (2011) em sua famosa conferência *Sobre os mestiços no Brasil*, apresentada no Congresso Universal das Raças em 1911, haviam sido compilados por

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Na virada para a década de 1920, Roquette-Pinto levaria a cabo um ambicioso projeto de investigação, tendo como objetivo realizar a classificação e a caracterização dos “tipos raciais” presentes na formação da população brasileira. Conforme Souza (2017, p. 214), o estudo antropológico então proposto por Roquette-Pinto tinha vocação profundamente nacionalista: “por um lado, como um guia para um conhecimento objetivo da realidade brasileira e, por outro, como um instrumento de poder, uma estratégia política, capaz de refutar os prognósticos negativos sobre o país e sobre o caráter antropológico dos brasileiros”. O conhecimento científico adequado da formação racial dos brasileiros – termo que muitas vezes Roquette-Pinto utilizava para designar os brasileiros – era tomado como essencial para a modernização e o progresso nacional, assim como para uma correta avaliação das suas qualidades antropológicas.

Racialismo, Antropologia Física e Eugenia

Foi justamente no contexto dessa investigação, empreendida por uma equipe de profissionais sob a direção de Roquette-Pinto, no âmbito do Museu Nacional, que o antropólogo se aproximou dos debates sobre eugenia e a questão do melhoramento racial. O melhoramento racial, concebido em termos eugenistas, teve suas primeiras formulações na doutrina científica originalmente estabelecida por Francis Galton (1822-1911), em trabalhos publicados nas últimas décadas do século XIX. O teórico vitoriano definiu a eugenia como “a ciência que trata de todas as influências que melhoram as qualidades inatas de uma raça, bem como das qualidades que se pode desenvolver até alcançar a máxima superioridade.” (GALTON, 1988, p. 165). Da mesma forma que o racismo científico europeu havia encontrado ampla recepção no Brasil na segunda metade do século XIX, a ciência do melhoramento racial e sua promessa de evolução biológico-social através do controle da hereditariedade foi recebida com grande interesse nas primeiras décadas do século XX, tornando-se um campo da ciência reconhecido como

Roquette-Pinto, que participou do evento como auxiliar do então diretor do Museu Nacional. Na ocasião, Lacerda defendeu frente à comunidade científica internacional a tese de que no transcorrer de um século a população brasileira passaria por um processo de branqueamento de sua cor de pele, resultante da ação de diferentes fenômenos como a intensificação da imigração europeia, o branqueamento pela miscigenação e o gradual desaparecimento das populações afro-brasileira e indígena.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

fundamental para a modernização da nação⁴. A realização dos ensinamentos da eugenia, de acordo com seus adeptos locais, permitiria desencadear o necessário processo de regeneração da população brasileira ao intervir sobre o fenômeno da hereditariedade em favor do melhoramento humano. Tomando parte dos debates sobre eugenia a partir de meados da década de 1920, Roquette-Pinto aliou decisivamente sua perspectiva da antropologia física, de caráter racista, ao campo da ciência do melhoramento racial.

A participação de Roquette-Pinto no debate eugenista local foi marcada por sua controversa posição em relação ao tema da inferioridade racial da população brasileira, bem como sua contraditória concepção de eugenia, que tinha por base a compreensão mendeliana da hereditariedade. Divergindo da posição predominante entre os intelectuais racistas e eugenistas brasileiros, e da *intelligenstia* nacional de uma forma geral, o antropólogo sustentava que a população brasileira não seria vítima de sua condição biológica, mas sim prejudicada pela carência das condições sociais precárias da vida humana nas cidades e nos sertões do país. Neste sentido, destacou-se por ter introduzido no debate eugenista uma tese original: a ciência do melhoramento racial, ao ser aplicada no Brasil, não deveria ter por objetivo regenerar uma população racialmente degenerada. Tese polêmica, na medida em que contrariava não somente os pressupostos científicos racistas, plenamente afirmados desde as décadas finais do século XIX, mas também a própria essência da eugenia enquanto ciência do melhoramento racial.

Roquette-Pinto sustentou sua paradoxal proposição científica em trabalhos importantes como *Seixos Rolados* (1927) e *Ensaio de Antropologia Brasileira* (1933). Merece destaque especial sua participação nas discussões realizadas durante o 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado no Rio de Janeiro em julho de 1929. Coube ao próprio Roquette-Pinto a presidência do evento, na qualidade de diretor do Museu Nacional, função que lhe garantiu espaço suficiente para expor aos congressistas sua particular concepção da ciência do melhoramento racial. Valendo-se dos referidos trabalhos, nosso objetivo na primeira parte deste texto é demonstrar como essa importante participação do antropólogo no debate eugenista na virada para a década de 1930 se

⁴ A ciência de Galton encontrou ampla recepção por oferecer uma solução possível para um problema aparentemente insolúvel, qual seja, a alegada degenerescência racial da população brasileira. Predominava entre os homens de ciência que formavam a elite científica, na virada do século XIX para o século XX, a percepção de que dirimir essa inferioridade biológica seria condição indispensável para o progresso nacional (KERN, 2016).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

articulou aos seus interesses posteriores, quando se tornou um dos patronos da educação e do cinema nacional.

O início da incursão de Roquette-Pinto no debate eugenista se dá por meio um longo ensaio intitulado *As leis da Eugenia*, incluído na já referida coletânea de estudos *Seixos Rolados*, publicado em 1927. O ensaio buscava apresentar ao público brasileiro um detalhamento do progresso teórico da eugenia desde sua fundamentação seminal nos trabalhos de Galton. Também apresenta, em seguida, a redescoberta dos trabalhos de Mendel sobre a hereditariedade e o desenvolvimento da genética, que tornara mais evidente que “o problema eugenico é sempre o mesmo: condicionar a herança humana” (ROQUETTE-PINTO, 1927, p. 200). De acordo com os novos fundamentos científicos da hereditariedade mendeliana, a seleção eugênica teria por objetivo restrito elevar “o que a raça possui de melhor: o germen” (1927, p. 175). Somente a seleção artificial, aplicada aos seres humanos, possibilitaria um controle estrito sobre a transmissão dos caracteres hereditários, de modo a “retardar ou impedir a procriação dos fracos, facilitando a dos fortes” (1927, p. 198). O ideal eugenista, portanto, apenas seria possível caso fosse moralmente aceitável fazer “com a espécie humana o que ella realiza com os animais domésticos e não haveria duvida alguma: as gerações futuras seriam de outro quilate” (1927, p. 200). Daí a dificuldade de se implantar medidas estritamente eugênicas no Brasil, pois mesmo “que certas leis fossem promulgadas para regular a transmissão da herança biológica, ainda assim o arbítrio individual seria o senhor das circunstancias”, seria preciso reconhecer que o sucesso das medidas eugênicas “hão de depender sempre dos sentimentos e da vontade dos que se reproduzem” (1927, p. 205)⁵.

Em seu *Ensaio de Anthropologia Brasileira*, publicado em 1933, Roquette-Pinto continuou fazendo a defesa da concepção mendeliana de hereditariedade e de suas implicações para a eugenia. Contrapunha-se, portanto, ao lamarckismo e à possibilidade de que intervenções no meio pudessem induzir melhoramentos raciais nas próximas gerações:

⁵ O antropólogo, com isso, procurava denunciar o que definia como uma confusão científica que conduzia estudiosos brasileiros ao equívoco de definir o combate às doenças endêmicas e epidêmicas como uma forma de eugenia da população brasileira. O verdadeiro melhoramento eugênico somente poderia ser realizado através de medidas como a exigência do “pedigree dos noivos para descobrir falhas da sua linhagem biológica” (ROQUETTE-PINTO, 1927, p. 204).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Todas as pessoas cultas sabem que, actualmente, a decantada “influencia do meio” — foi reduzida a limites muito restrictos. Os biologos, na sua maioria, não acreditam que o meio seja capaz de agir sobre nossos caracteres hereditarios, todos elles dependentes do plasma germinativo. O meio — é hoje corrente — modifica apenas o somatoplasma, a parte do ser vivo que não entra na herança” [...] A opinião geral é que o meio influe sobre o “soma”; respeita, porém, o “germen” (1933, p. 59).

Neste trabalho, Roquette-Pinto registrou que já havia procurado alertar os membros do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, em 1929, de que seria “a herança biológica o verdadeiro domínio da eugenia” (1933, p. 59), demonstrando que a “hygiene procura melhorar o meio e o indivíduo; a eugenia procura melhorar a “estirpe”, a “raça”, a “descendência” (1933, p. 70). Na ocasião, o antropólogo apresentou-se como ponta de lança no embate entre os teóricos que defendiam os méritos científicos do mendelismo frente ao tradicional lamarckismo, predominante entre os eugenistas locais. Em função de seu prestígio como homem de ciência e então diretor do Museu Nacional, a presidência do evento científico ficou sob a responsabilidade de Roquette-Pinto. A escolha da eugenia como objeto de debate do evento comemorativo do centenário da Academia Nacional de Medicina, tradicional associação profissional e científica do país, indica a valorização que a ciência de Galton conquistou no país durante as primeiras décadas do século XX⁶.

Conforme os registros da sessão de abertura do Congresso, Roquette-Pinto destacou em seu discurso como presidente que o evento tinha por propósito principal a promoção do ideal eugênico de “melhorar o patrimônio biológico do nosso povo” (CBE, 1933, p. 11)⁷. Chamou atenção também para o fato de que não se reuniam apenas médicos, mas também farmacêuticos, químicos, biólogos, sociólogos e educadores, todos “cujo interesse já foi despertado pelos problemas da eugenia”, ou seja, “pelo aperfeiçoamento da raça futura” (CBE, 1933, p. 11). Por fim, demarcou o dissenso teórico entre lamarckistas e mendelistas, apontando o equívoco dos homens de ciência brasileiros

⁶ O sucesso do Congresso de 1929 demarcou um divisor de águas na história da eugenia no Brasil, indicando “que a eugenia estava prestes a entrar em uma nova fase de atividade” (STEPAN, 2005, p. 61). É notável, também, o prestígio político adquirido pela eugenia, pois como informa seu Regimento Interno, o encontro científico ocorreu “sob os auspícios do S. Ex. o Sr. Presidente do Brasil e o patrocínio das altas autoridades da Republica” (CBE, 1933, p. 8).

⁷ As *Actas e Trabalhos* do evento, publicadas em 1933, constituem um documento fundamental para termos uma visão geral acerca da extensão dos temas de interesse do movimento eugenista, tais como matrimônio, maternidade e infância, educação eugênica, proteção da nacionalidade, tipos raciais, imigração, alcoolismo e campanhas antivenéreas.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

que haviam se orientado pelo pressuposto científico de “que o meio dominava os organismos” (CBE, 1933, p. 11), entendimento que não deveria ser mais aceito, uma vez que a biologia demonstrara a existência de algo que “independe da hygiene: é a semente, a herança, que depende da eugenia” (CBE, 1933, p. 11).

Além de ter atuado como presidente do Congresso de 1929, Roquette-Pinto apresentou a conferência *Nota sobre os typos anthropologicos do Brasil*, texto fundamental para compreendermos a articulação entre sua antropologia física, de caráter racista, e sua concepção particular da eugenia. Em contraposição ao entendimento predominante entre os participantes do evento científico, sua conferência afirmava que “nenhum dos typos raciais da população brasileira apresenta qualquer estigma de degeneração” e que, pelo contrário, suas pesquisas empíricas haviam demonstrado que “as características de todos eles são as melhores que se poderiam imaginar” (1933a, p. 145). Em relação ao tema da mestiçagem racial, fundamental para o racismo local, o antropólogo argumentou que seria equívoco defini-la como mistura de raças, pois para a genética mendeliana “mestissagem é antes combinação” dos caracteres biológicos dos ascendentes (1933a, p. 146). Tomados em conta apenas os fatores biológicos, portanto, as características genéticas da população brasileira e suas respectivas combinações de caracteres hereditários por meio da mestiçagem racial através das gerações, suas “pesquisas provaram que os cruzamentos entre branco x negro, e branco x índio dão sempre typos normaes” (1933a, p. 136). Em sua concepção, orientada pelas leis da genética mendeliana, não seria mais aceito acreditar que os cruzamentos raciais resultassem na geração de proles biologicamente degeneradas.

Seus estudos antropológicos sobre os tipos raciais também procuravam demonstrar que grande parte dos mestiços brasileiros já não poderiam “ser separados dos brancos, por nenhum dos caracteres indicados pela sciencia: natureza dos cabelos, cor da pelle, indice nasal, etc.” (ROQUETTE-PINTO, 1933a, p. 146). Em sua constituição biológica, de acordo com o conferencista, “só um perito poderá descobrir sangue negro, sobretudo nas proporções do corpo” (1933a, p. 138). Os tipos mestiços por certo possuíam uma “emotividade exagerada, optima condição para o surto dos estados passionais” (1933a, p. 138), mas dever-se-ia aceitar que “do ponto de vista intellectual, os mestiços

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

não se mostram, em coisa alguma, inferiores aos brancos” (1933a, p. 137)⁸. Ainda segundo Roquette-Pinto (1933a, p. 136), em função da visão equivocada da maioria dos homens de ciência, havia-se desenvolvido o “habito de considerar degenerados mestiços que são apenas doentes ou dysgenicos”.

Para Roquette-Pinto, o fato de que os contingentes populacionais indígena, negro e mestiço estavam em declínio entre a totalidade da população brasileira decorria estritamente de condições sociais desfavoráveis. Do ponto de vista de sua constituição racial, a população nacional estaria preparada para os desígnios do progresso, sendo que suas deficiências seriam de ordem exclusivamente social. Os tipos raciais erroneamente considerados como biologicamente degenerados seriam vítimas de um modo de vida de vida caracterizado pela miséria material, acompanhada da ausência de cuidados sanitários, higiênicos e educacionais:

A mestiçagem branco x negro dá, em geral, famílias pouco numerosas. Não por causa da infertilidade; a razão é outra e prende-se sobretudo a causas sociais. É que a família, condição essencial para a proteção das crianças, é muito precária entre esses mestiços (brancos x negro ou mulato) devido á falta de educação. É preciso não esquecer que os seus avós foram escravos, expostos ás piores condições de moralidade. [...] Por isso a mortalidade de mestiços (sobretudo de mulatos) é muito mais alta na primeira infância. Mais tarde faz-se uma verdadeira selecção dos mais robustos. Mas, continuando a sua vida de homens que não receberam a minima instrucção, compreende-se que as doenças (syphilis, malaria, verminose), muito mais que os vícios (embriaguez) os eliminem ainda jovens (ROQUETTE-PINTO, 1933a, p. 137).

Daí a conclusão de sua conferência, que de certa forma adiantava sua tomada de posição como signatário do manifesto escola-novista de 1932, argumentando que a “anthropologia prova que o homem, no Brasil, precisa ser *educado* e não *substituído*” (ROQUETTE-PINTO, 1933a, p. 147). A mestiçagem racial havia produzido uma população racialmente normal, que deveria ser largamente educada para que pudesse contribuir eficazmente com o progresso da nação. Ao participar do debate eugenista, Roquette-Pinto buscou convencer seus colegas de que o objetivo da aplicação da eugenia no Brasil não seria suprimir os caracteres hereditários dos tipos raciais erroneamente considerados como produtos da degenerescência, mas sobretudo “educar todas as

⁸ Assim como João Baptista Lacerda, de quem havia sido auxiliar no Museu Nacional, Roquette-Pinto afirmava que a mestiçagem racial estaria produzindo um processo de branqueamento da população brasileira. Embora definindo a preocupação com a homogeneização biológica da população como “ociosa e anti-científica” (ROQUETTE-PINTO, 1933a, p. 146).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

peças, brancas e negras, sobre a importância da hereditariedade, de modo que os indivíduos com inclinação eugênica, ajudados por programas estatais de saneamento, pudessem participar voluntariamente da purificação da raça” (STEPAN, 2004, p. 371). Sendo assim, as proposições eugênicas de Roquette-Pinto possuem algo de paradoxal, na medida em que postulavam que a ciência do melhoramento racial não deveria ser implementada no Brasil por meio de medidas radicais de controle da reprodução, mas sim que os fatores disgênicos deveriam ser eliminados por meio do desenvolvimento de métodos de eugenia positiva baseados no sanitarismo, na higiene e, especialmente, na educação⁹.

As relações do cinema com a educação durante a Era Vargas

Em documento sobre os usos do cinema como ferramenta de propaganda, o diretor do futuro Departamento de Imprensa e Propaganda do Brasil (DIP),¹⁰ Lourival Fontes (1899-1967), define o poder da nova mídia da seguinte forma:

O cinema possui uma incalculável força de esclarecimento e de persuasão. Ele instrui sobre tudo, assumptos de ciência e de arte, acontecimentos sociais, aspectos geográficos. Exerce ainda, com a sua expressão dramática, com a sua capacidade de fazer rir e de comover, com os seus números e variados elementos sugestivos, uma poderosa influencia sobre a formação moral do povo.¹¹

Lourival Fontes estava interessado nos usos do cinema como instrumento pedagógico e de propaganda. Este debate em torno da utilização pedagógica do cinema

⁹ Não se pode perder de vista que a concepção mendeliana da hereditariedade, defendida por Roquette-Pinto, geralmente vinculava-se as formas mais racistas de intervenção eugênica, servindo como justificativa científica para a aplicação dos métodos radicais de eugenia negativa como a esterilização, a segregação social e a eliminação física dos indivíduos considerados anormais. Todavia, no âmbito do discurso eugenista local, não deixa de ser curioso que a introdução da eugenia mendeliana seria utilizada como base teórica para a crítica dos dogmas racialistas. Afinal, o antropólogo valeu-se dos pressupostos científicos da genética mendeliana para defender o entendimento de que a mestiçagem racial não produzira uma população nacional marcada pela degenerescência.

¹⁰ Até 1939 o DIP se chamou Departamento de Propaganda e Difusão Cultural. Ver DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA (DIP), Verbetes temáticos, DHBB – CPDOC/FGV; <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/departamento-de-imprensa-e-propaganda-dip>. Consultado em 12/08/2020.

¹¹ “§ 7. Departamento de Propaganda”. Arquivo Gustavo Capanema – Ministério da Educação e Saúde – Educação e Cultura\GC g 1934.09.22, doc. 3A2; <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>. Consultado em 12/08/2020.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

se fez intensamente presente no Brasil durante a Era Vargas (1930-1945)¹² e tornou-se foco de disputas entre duas instituições criadas pelo Governo brasileiro durante o período: o DIP de Fontes e o Instituto Nacional do Cinema Educativo (INCE), subordinado ao Ministério da Educação e Saúde de Gustavo Capanema (1900-1985). O INCE foi criado em 1º de março de 1936, com o propósito de promover o cinema educativo e financiar a produção de filmes documentários de cunho pedagógico, e foi dirigido Roquette-Pinto.¹³ Em 13 de janeiro de 1937 o Instituto foi finalmente incluído no quadro dos serviços públicos, subordinado ao Ministério da Educação e Saúde, com os seguintes propósitos:

Manter uma filmoteca educativa para servir aos institutos de ensino oficiais e particulares nos termos desta lei;
Organizar e editar filmes educativos brasileiros;
Permutar copias dos filmes editados ou de outros, que sejam de sua propriedade, com estabelecimentos congêneres municipais, estaduais e estrangeiros;
Editar discos ou filmes sonoros com aulas, conferencias e palestras de professores e artistas notáveis, para venda avulsa ou aluguel;
Permutar discos ou filme sonoros de que fala a letra “d”;
Publicar uma revista consagrada à educação pelos modernos processo técnicos: Cinema, Fonografo, Radio, etc.”

As relações internacionais e o processo de permuta com instituições congêneres estrangeiras estiveram na gênese do INCE, portanto, não se pode pensar uma tal instituição sem a análise de tais intercâmbios transnacionais, calcados em “redes (intelectuais)” que lhes conferiram a sua base. Além disso, o INCE congregava as funções de preservação e divulgação típicas de uma cinemateca – função que está listada entre as suas primeiras atribuições desde o princípio –, constituindo assim uma primeira ideia de

¹² A este respeito ver Barrenha, Natalia Christofoletti. “E o Estado entre em Cena”. In Ramos, Fernão Pessoa; Schvarzman, Sheila (orgs.). *Nova história do cinema brasileiro*. Vol. 1. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2018, 490-507.

¹³ Ver Edgard Roquette-Pinto. “Projeto de Regulamento do Instituto Nacional de Cinema Educativo”. Rio de Janeiro, 25 de Fevereiro de 1937. Arquivo Gustavo Capanema – Ministério da Educação e Saúde – Educação e Cultura\GC g 1935.00.00, doc. I-9; <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>. Consultado em 14/08/2020.

Edgard Roquette-Pinto é considerado um intelectual ligado às teorias eugênicas no Brasil (Souza 2016), e foi influenciado pelos estudos de Charles Davenport (1866-1944) – primeiro a ocupar-se nos EUA da organização de um registro geral de dados sobre eugenia – e Eugen Fischer (1874-1967), principal teórico da eugenia na Alemanha, autor da obra *Menschliche Erblichkeitslehre und Rassenhygiene* (1921) e diretor do *Kaiser-Wilhelm-Institut für Anthropologie, menschliche Erblehre e Eugenik* entre 1927 e 1942 (Souza 2017).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

“cinemateca brasileira”, de alcance nacional, pela sua capilaridade tanto em instituições estaduais como regionais.¹⁴

No seu projeto de lei consta que o INCE “manterá em cada Estado um representante, indicado pelo diretor, contractado pelo Ministerio, para a execução das instruções que forem ministradas, em cada caso, referentes aos seus serviços” e que o INCE “fornecerá, por empréstimo, às estações de radiodifusão em funcionamento no território nacional...”. Portanto, a preocupação com a abrangência nacional do Instituto se faz presente desde a sua origem. A preocupação pedagógico-moral do referido instituto fica ainda nítida na primeira versão da exposição de seus objetivos, que as elencam claramente entre as suas primeiras funções:

Orientar a utilização da cinematografia na obra da educação nacional, em todas as suas modalidades;
Coordenar todos os elementos de informação relativos á utilização da cinematografia afim de atender ás consultas de carácter educativo ou cultural (...).¹⁵

A relação da expressão “educativo ou cultural” com uma compreensão moral/higiênica fica nítida na função “e.”, elencada a seguir: “organizar um plano geral de educação popular, compreendendo a physica, medico-sanitarista, econômica, artística, social e moral, por meio das projeções, quer fixas, quer animadas”.¹⁶

A participação da Igreja e de seus intelectuais na definição do que seria essa concepção moral-educacional do cinema é ainda tema pouco explorado pela historiografia cinematográfica. Deve que se ter em mente que naquela época a Igreja Católica propunham-se a uma permeabilidade maior com a sociedade, sobretudo através do engajamento de intelectuais leigos naquilo que ficou conhecido como “Ação Católica”. Além disso, vivia-se um momento de recomposição das relações da Igreja com o Estado, abaladas no Brasil desde a Proclamação da República em 1889. Apesar do positivismo da formação de Roquette-Pinto, médico, o INCE é uma destas iniciativas de simbiose entre as propostas morais e educacionais da Igreja e os princípios educativos

¹⁴ Ver a este respeito Arquivo Gustavo Capanema - Ministério da Educação e Saúde - Assuntos Políticos GC i 1938.00.00/2.

¹⁵ “Exposição de motivos”. Arquivo Gustavo Capanema. Ministério da Educação e Saúde - Educação e Cultura\GC g 1935.00.00/2.

¹⁶ Idem.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

que pautavam as ações do Estado a partir de então. O Ministério de Gustavo Capanema foram também um exemplo desta tentativa de congregação entre intelectuais católicos, artistas e reformadores-educadores, sob a guarda-chuva do Estado autoritário varguista:

O INCE se desenvolveu concomitante ao estabelecimento do Estado Novo, implantado em novembro de 1937 e caracterizado pela primazia do Executivo, que atuava sem interferência dos partidos políticos ou do Legislativo. O Estado Novo adotava uma postura antiliberal, nacionalista, centralizadora, autoritária e interventora, aprofundando o plano iniciado por Vargas em 1930. No âmbito da educação e da cultura, o surgimento do INCE em 1936 veio acompanhado de várias outras iniciativas do ministério de Capanema, as quais iam moldando, no espaço público e no imaginário da população, o projeto de poder que ia se consolidando: são criados simultaneamente o Museu Nacional de Belas Artes e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e tem início a construção do novo prédio do Ministério da Educação e Saúde, concebido por jovens arquitetos liderados por Lúcio Costa e o francês Le Corbusier e decorado com painéis de Candido Portinari. (BARRENHA, 2018, p. 494)

Jonathas Serrano (1885-1944) foi um dos intelectuais leigos vinculados ao pensamento católico, talvez um dos primeiros no Brasil a escrever uma obra acadêmica sobre o cinema de maior folego – “Cinema e Educação”, de 1930, - redigido conjuntamente com Alberto Venâncio Filho. A obra é citada como referência teórica dos usos do cinema na educação em exposição sobre a situação mundial do Cinema Educativo, documento redigido por Roquette Pinto, de 1938, ao Ministro Capanema.¹⁷ Na exposição sobre o “Historico do Cinema Educativo no Brasil”, mais uma vez são citados os nomes de Fernando de Azevedo e Serrano, como tendo capitaneado iniciativas fundamentais para o desenvolvimento do cinema educativo no Brasil. Em 1928 Azevedo, diretor do Departamento de Educação do Distrito Federal, “determinou a sua utilização [do cinema educativo] em todas as escolas primarias do Distrito Federal” e Serrano, enquanto membro da Diretoria de Instrução Publica do Distrito Federal, “inaugurou oficialmente o movimento com a 1ª Exposição de Cinematografia Educativa, em 1929”. No entanto, de acordo com o memorando, o uso do cinema nos âmbitos do ensino e da pesquisa científica remontaria a atuação do próprio Roquette Pinto na filmoteca do Museus Nacional, enriquecido, posteriormente, pelas possibilidades abertas pela Comissão Rondon, da qual o antropólogo participou durante os anos 1910:¹⁸

¹⁷ “Historico do Cinema Educativo no Brasil”. Arquivo Gustavo Capanema. Ministério da Educação e Saúde - Educação e Cultura\GC g 1935.00.00/2, p. 2.

¹⁸ De acordo com depoimento do próprio Roquette-Pinto em Idem, p. 1.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Em 1912 Roquette Pinto trazia da Rondonia os primeiros filmes dos índios Nambikuaras, películas que foram em 1913 projetadas no salão de conferencias da Biblioteca Nacional. À Comissão Rondon coube seguramente o merito de haver documentado largamente as suas explorações geograficas, botanicas, zoologicas e etnograficas em filmes admiraveis que constituem hoje valioso patrimonio. Desde então, o cinema educativo, foi empregado com sucesso em diversos pontos do país, para o ensino primário, secundario e superior.¹⁹

A análise dos documentos e das concepções educacionais de Roquette Pinto, mesmo tendo uma formação positivista na Escola de Medicina, permite especular sobre as suas concepções a respeito do cinema como ferramenta educacional vinculada aos ideais morais-educacionais que defendia. O já citado memorando é uma verdadeira radiografia do pensamento de Roquette Pinto sobre a educação e cinema, que via como profundamente imbrincados, com citações em francês e alemão, assim referências à Augusto Comte e a Sílvia Romero.

As divergências entre o DIP e o INCE por sua vez apontam para o fato de que as iniciativas de cunho estatal estiveram por trás da fundação de instituições que se ocuparam pioneiramente da conservação e da produção de filmes com propósitos educacionais, influenciando posteriormente a instituição das primeiras cinematecas. Não apenas no Brasil, mas também em outros países do Mundo, como é o caso das ainda inexploradas relações entre o *Musée de L'homme* e a *Cinémathèque Française*, bem como do *Reichsstelle für den Unterrichtsfilm* e o *Reichsfilmarchiv*, cujo acervo daria origem à futura *Deutsche Kinemathek*. Assim, as relações entre instituições estatais e cinematecas é tema ainda pouco estudado pela historiografia especializada, que tem se focado sobremaneira no cineclubismo como origem exclusiva dos debates sobre conservação que dariam às primeiras cinematecas e museus de filmes.

Cinema, Fimotechas, Eugenia e Higiene no Governo Vargas

As relações do cinema com a educação e desta com política eugenista-higienista durante o Governo Vargas fica comprovada por: 1. A quantidade de vezes que a palavra “fimotecha” vem citada em documentos do Ministério da Educação e Saúde presente no acervo de Gustavo Capanema - ministro da pasta durante a maior parte da Era Vargas -

¹⁹ Idem.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

sobre a política educacional; 2. pela própria vinculação da pasta da educação e da saúde no mesmo ministério, demonstrando que, na época, ambas as atribuições eram vistas de forma conjunta, resultado dos debates político-educacionais de então, nos quais o diretor do INCE, além de um dos maiores defensores das intersecções entre educação e políticas higienistas no Brasil, esteve pioneiramente engajado e 3. pelo seguinte memorando do Ministério da Educação e Saúde, intitulado “Iniciativas e Empreendimentos do Governo Federal em Matéria de Saúde, desde 1930”, onde, ao lado de uma série de iniciativas nacionais em matérias de saúde pública, como políticas sanitárias, campanhas de vacinação, cursos de formação de profissionais de saúde, constam mencionadas dentre as medidas referidas à rubrica “Educação Sanitária”, a constituição de uma filмотeca especializada para um “Museu de Higiene”:

“É cada vês mais nítida a ação nacional deste órgão do D.N.S., com o qual tem colaboração vários outros, no terreno das suas atribuições. Provido de uma biblioteca especializada, que dispões de mais de 1.230 publicações, de uma escolhida filмотeca e de um Museu de Higiene com 167 peças, tem o S.N.E.S. desenvolvido enormemente nos últimos anos todas as suas atividades. Inúmeras são as suas publicações encaminhadas a mais de 4.500 médicos e 900 instituições. Muitos os cartazes que distribúe, numerosas as notas e sueltos que encaminha regularmente a mais de 1.200 jornais e revista pelo país. Conferências, palestras pelo rádio, projeções de filmes educativos estão sempre no seu programa. É estreita a sua articulação com serviços congêneres dos Estados”²⁰

O documento-relatório No. 37 sobre as ações de “Teatro; radiodifusão educativa; cinema educativo” no Estado do Piauí, presente nos arquivos do Ministério da Educação e Saúde, junto com outros documentos sobre iniciativas similares dos estados do nordeste, como Pernambuco, por exemplo, é sintomático da visão do cinema como intrinsecamente relacionado à educação e com as políticas públicas de higiene. Segundo o relatório, “data de 1936 o Cinema Educativo no Piauí”, mesmo ano em que foi fundado o INCE, comprovando que as iniciativas tiveram escopo para além da Capital Federal. Porém, como “não há nos grupos escolares vastos salões onde se instalem aparelhos, nem tão pouco no edificio da Escola Normal Oficial” no Estado do Piauí, “o Cinema Educativo

²⁰ Arquivo Gustavo Capanema - Ministério da Educação e Saúde - Assuntos Políticos, GC i 1938.00.00/2, 1473/2193, p. 16 do doc.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

funciona no ‘Teatro 4 de Setembro’, para as crianças de todos os grupos escolares da Capital”.²¹ Sob a rubrica 37. Cinema educativo, consta o seguinte:

“Se não muito completa a aparelhagem cinematográfica de que dispões o Governo do Estado, possui, entretanto, 118 películas sobre diversos assuntos de caracter educativo e 86 de caracter recreativo. As primeiras dessas películas da cineteca referem-se a agricultura, **higiene**, avicultura, **medicina**, veterinária, fabricação de assucar, **o alccolismo e suas consequencias sociais**, criação de gado, apicultura, etc. (...)”²²

O regulamento permite ainda que qualquer estabelecimento de ensino do Estado faça aquisição de aparelho de projeção e organize filmoteca.

Filmes do INCE: à guisa de conclusão

Em dezembro de 1936 Roquette-Pinto viaja à Europa, aproveitando-se dos contatos já estabelecidos por outra missão anterior. Apesar da sua admiração pela ciência alemã e pelo teórico eugenista Eugen Fischer (1874-1967), autor da maior obra de Eugenia na Alemanha em 1921, *Grundriß der menschlichen Erblichkeitslehre und Rassenhygiene*, o cientista brasileiro não se deixou influenciar completamente pelo modelo alemão, mesmo admirando a amplitude do *Reichsfilmmarchiv* e prezando as possibilidades de intercâmbio com a instituição alemã, sobretudo no campo da produção de película virgem. O diretor do *Filmmarchiv*, Dr. (Robert) Kümmerlen, porém, como aponta Roquette-Pinto, interessou-se em possíveis intercâmbios para a permuta de filmes culturais. O modelo francês, no entanto, é o que parece ter chamado mais a atenção do brasileiro, por sua estrutura, embora o cientista afirme que o Brasil “não copiou servilmente nenhum dos grandes modelos do continente europeu”, procurando “outras soluções praticas correspondentes ás condições do Brasil, sem desprezar a referencia dos precusores.”

Ao analisar o catálogo de filmes produzidos pelo INCE, a pesquisadora Natalia Barrenha (2018) classifica os filmes do INCE em 15 categorias principais: divulgação técnica e científica, temas preventivos-sanitários, temas escolares, reportagens, temas oficiais, educação física, vultos nacionais, cultura popular e folclore, riquezas naturais,

²¹ Arquivo Gustavo Capanema - Ministério da Educação e Saúde - Assuntos Políticos GC i 1938.00.00/2, 1263/2193.

²² Grifos em negrito dos autores.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

lugares de interesse, pesquisa científica, artes aplicadas, meio rural e outros. Pode-se notar nesta divisão uma visão do cinema como instrumento educacional, sobretudo preocupado com os temas nacionais (temas oficiais, vultos nacionais, cultura popular, riquezas naturais, lugares de interesse) e divulgação voltada para temas médicos-sanitários (como educação física, meio rural, pesquisa científica, temas técnicos e científicos, preventivos e sanitários).

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Roberto Luiz Assumpção de. “Algumas observações sobre o cinema educativo na Europa”. Arquivo Gustavo Capanema – Ministério da Educação e Saúde – Educação e Cultura\GC g 1935.00.00/2, doc. I-7. Acesso em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>

BARRENHA, Natalia Christofolletti. “E o Estado entre em Cena”. In: RAMOS, Fernão Pessoa; SCHVARZMAN, Sheila (orgs.). *Nova história do cinema brasileiro*. Vol. 1. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2018, 490-507.

BORRMANN, Ricardo. *Tobias Barreto, Sílvio Romero und die Deutschen*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2019.

CAPANEMA, Gustavo. “§ 7. Departamento de Propaganda”. Arquivo Gustavo Capanema – Ministério da Educação e Saúde – Educação e Cultura\GC g 1934.09.22, doc. 3A2. Acesso em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GOBINEAU, Arthur. *Essai sur l'inégalité des races humaines*. Paris: Éditions Pierre Belfond, 1967.

KERN, Gustavo da Silva. *Racialismo, Eugenia e Educação nas primeiras décadas do século XX*. Goiânia: 36ª Reunião Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação, 2013.

LACERDA, João Baptista. “Sobre os mestiços no Brasil”. SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e seu Brasil branco”. In *História, Ciências, Saúde*. Rio de Janeiro: v. 18, nº 1, jan.-mar., 2011, p. 225-242.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

LOPES, Luiz Simões. “Carta de Luiz Simões Lopes a Getúlio Vargas”. Londres, 22/09/34. Arquivo Gustavo Capanema – Ministério da Educação e Saúde – Educação e Cultura\GC g 1934.09.22, doc. 1. Acesso em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>

MENDES, Gilberto Noronha. “*L’Institut National de Cinema Educatif*” (“Instituto Nacional de Cinema Educativo”). *Memoire de Fins D’Etudes*; sous la dir. De Georges Sadoul. Paris: Institut des Hautes Etudes Cinematographiques – I.D.H.E.C. – Xxè promotion, 1965, 71p. Acervo da *Cinemathèque Française*, cote: GS 184

PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA (CBE). *Actas e Trabalhos*. Rio de Janeiro: Faculdade de Medicina, 1933.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. *Ensaio de Anthropologia Brasiliana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

_____. “Historico do Cinema Educativo no Brasil”. Rio de Janeiro, DF. Arquivo Gustavo Capanema – Ministério da Educação e Saúde – Educação e Cultura\GC g 1935.00.00/2, doc. II-9. Acesso em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>

_____. “Nota sobre os typos anthropologicos do Brasil”. In: PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. *Actas e Trabalhos*. Rio de Janeiro: Faculdade de Medicina, 1933a, p. 119-138.

_____. “Projeto de Regulamento do Instituto Nacional de Cinema Educativo”. Rio de Janeiro, 25 de Fevereiro de 1937. Arquivo Gustavo Capanema – Ministério da Educação e Saúde – Educação e Cultura\GC g 1935.00.00, doc. I-9. Acesso em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>

_____. “Relatorio das principaes observações feitas a respeito do actual estado do Cinema Educativo na Europa”. Rio de Janeiro, 24 de Fevereiro de 1937. Arquivo Gustavo Capanema – Ministério da Educação e Saúde – Educação e Cultura\GC g 1935.00.00, doc. I-8. Acesso em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>

_____. *Seixos Rolados: estudos brasileiros*. Rio de Janeiro: Mendonça Machado, 1927.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico do brasileiro (1905-1935)*. Rio de Janeiro: FGV Editora e Editora Fiocruz, 2017.

STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

_____. “Eugenia no Brasil (1917-1940)”. In HOCHMAN, Gilberto (org). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004, p. 331-382.

TODOROV, Tzvetan. *Nós e os Outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana I*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.